

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 48 – Agosto/setembro de 2025

O MUNDO EM REESTRUTURAÇÃO: OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA

Apresentação

O primeiro tópico desta edição do Boletim de Conjuntura trata do tarifaço do presidente norte-americano Donald Trump e da disputa pelo futuro digital. O texto analisa as tarifas como parte de um histórico de tensões diplomáticas e comerciais, destacando o papel dos interesses tecnológicos norte-americanos e os impactos dessas medidas na economia brasileira e nas relações bilaterais. Mesmo que Trump tenha recuado em grande parte dos itens, cerca de 36% do comércio internacional brasileiro com os Estados Unidos permanece sobretaxado. As medidas adotadas contra o Brasil estão vinculadas aos interesses das *big techs* e ao avanço das articulações com os Brics - dois elementos centrais e estratégicos que ajudam a compreender os desdobramentos desse embate geopolítico.



Imagem: wirestock | Freepik

Em seguida, na seção sobre mercado de trabalho, o Boletim destaca o nível baixo da desocupação, que chegou a 5,8% no trimestre encerrado em junho, e o elevado número de ocupados, que atingiu 102,3 milhões de pessoas. Apesar da melhora de alguns indicadores, no entanto, no segundo trimestre de 2025, havia cerca de 6,2 milhões de pessoas desocupadas e a taxa de desocupação continua bastante heterogênea, o que revela desigualdades de idade, gênero e raça, denotando as barreiras estruturais no acesso ao mercado de trabalho.

No tópico sobre inflação, nota-se que, mesmo com a incerteza da economia brasileira diante do ataque tarifário do governo americano, os efeitos dessas medidas tendem a reduzir os preços de alimentos, como carne e café, que pressionaram a inflação recentemente. A expectativa é que tanto os preços administrados quanto os livres deixem de exercer pressão significativa sobre a taxa de inflação. A análise mostra que as repositões salariais conquistadas pelos trabalhadores nas negociações refletem, em grande parte, a recomposição de perdas acumuladas ao longo do tempo. Por isso, é importante que tais ajustes não sejam interpretados como justificativa para a continuidade de uma política monetária excessivamente restritiva nem para a manutenção de taxas de juros elevadas, que acabam impondo ao país um custo significativo com o pagamento de juros da dívida pública - atualmente próximo de R\$ 1 trilhão por ano.

No tema das negociações coletivas, aparece a preocupação com o retorno dos reajustes salariais em percentuais abaixo da inflação. No cômputo de 2025 até julho, destaque para as categorias de *turismo e hospitalidade, construção e mobiliário e comércio atacadista e varejista*, todas com ganhos acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) em mais de 80% das negociações. As regiões Sul e Sudeste lideram o *ranking*, com ganhos reais em mais de 80% das negociações.

Por fim, na Agenda dos Trabalhadores, destaque para o 7 de setembro, que marca o tradicional Grito dos Excluídos, um conjunto de mobilizações populares organizado pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais em todo o país. Neste ano, a data será também um marco para o processo de votação do Plebiscito Popular, iniciativa organizada por movimentos sociais, sindicatos e diversas entidades da sociedade civil, lançada em julho deste ano. Por fim, diante do atual cenário de enfrentamento ao **tarifaço imposto pelos Estados Unidos** e das medidas de proteção aos exportadores, anunciadas como resposta ao ataque comercial, que exigem recursos públicos, ganha relevância o destaque da Agenda dos Trabalhadores para a necessidade de se enfrentar o desafio histórico da dívida pública no Brasil, que há décadas compromete a capacidade do Estado para investir em desenvolvimento. Desde os anos 1990, o país figura entre os que mais gastam com o pagamento de juros e, em 2024, essa despesa atingiu 8,05% do PIB - quase o dobro da média dos países mais pobres e 4,2 vezes superior à dos países ricos.

Interesses cruzados: o tarifaço de Trump e a disputa pelo futuro digital

A carta enviada em 9 de julho pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao presidente Lula pode ser compreendida dentro de um histórico complexo de relações entre os dois países, marcado por momentos de cooperação, mas também por episódios de tensão. Diversos estudos apontam que, em 1964, o governo norte-americano ofereceu apoio político e logístico ao golpe cívico militar que instaurou a ditadura de 21 anos no Brasil - período cujas consequências sociais e institucionais ainda reverberam. Mais recentemente, analistas e pesquisadores têm discutido o papel indireto de instituições e interesses internacionais, incluindo norte-americanos, nos desdobramentos da Operação Lava Jato, que contribuiu para o enfraquecimento de setores estratégicos da economia brasileira, como a cadeia produtiva do petróleo e gás, vinculada ao pré-sal, além de ter influenciado o cenário político que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

No documento, o presidente norte-americano tece críticas contundentes à condução do processo judicial contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e classifica o julgamento no Supremo Tribunal Federal como “vergonha internacional”, afirmando que “esse julgamento não deveria estar ocorrendo” e que se trata de uma “caça às bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!”.

A carta também anuncia medidas econômicas de retaliação: Trump impôs tarifas de 50% sobre produtos brasileiros importados pelos EUA, justificando a decisão como resposta ao que considera perseguição política e censura institucional no Brasil.

Para compreender a motivação por trás da agressividade do texto, é essencial observar outros trechos da carta. Trump acusa o Brasil de promover “ataques insidiosos contra eleições livres” e de violar “fundamentalmente a liberdade de expressão dos norte-americanos”, citando decisões recentes do Supremo Tribunal Federal do Brasil, que emitiu centenas de ordens de censura a plataformas de mídia social dos EUA, ameaçando-as com multas de milhões de dólares e expulsão do mercado de mídia social brasileiro.

Muito além das tarifas sobre importações que afetam petróleo, café ou aviões, a carta de Trump quer defender a presença destas *big techs* no Brasil, com regulação mínima e acesso privilegiado aos cofres públicos. É da defesa desses interesses, muito mais lucrativos e estratégicos para os EUA, que trata a carta de Trump.

Dados quantificam essa relação. De julho de 2024 a junho de 2025, os governos federal, estaduais e municipais brasileiros gastaram R\$ 9,3 bilhões com produtos e serviços fornecidos pelas grandes empresas de tecnologia. O montante é mostrado em levantamento realizado por pesquisadores da USP, UnB e FGV, reunidos no Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovação na Gestão Pública da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo da USP - Each-USP¹.

Esse volume de recursos desmonta a tese de que o Brasil carece de recursos para investir em tecnologia e evidencia como a administração pública está vinculada a corporações como *Microsoft*, *Oracle* e *Google*.

A administração federal foi a que mais gastou com contratos de tecnologia, totalizando R\$ 4,5 bilhões nos últimos 12 meses. Em seguida, aparecem os governos estaduais (R\$ 3,5 bilhões) e os municipais (R\$ 1,3 bilhão). A compilação das contratações nos últimos 12 meses é apenas a foto de um filme maior captado pelos pesquisadores. Ao analisar 19.655 contratos, processos de compra e licitações desde 2024, os pesquisadores constataram que o montante direcionado a grandes empresas do setor ultrapassou R\$ 23 bilhões no período.

Os serviços mais contratados foram computação em nuvem, licenciamento de software e sistemas de segurança. As principais fornecedoras foram *Microsoft*, *Oracle*, *Google* e *Red Hat*.

É importante ressaltar que os valores apresentados são nominais, ou seja, não foram corrigidos pela inflação e incluem tanto contratos assinados diretamente com essas empresas quanto com companhias intermediárias. Essa distinção indica que o montante total efetivamente gasto pelos entes governamentais¹ com as *big techs* é muito maior do que o montante identificado no estudo.

Esta dependência de serviços digitais de grandes corporações estrangeiras redireciona as políticas públicas e representa sérios riscos ao controle soberano de dados sensíveis da população. Um exemplo da vulnerabilidade é o armazenamento de dados do Sistema Único de Saúde (SUS) em servidores localizados nos EUA. Paralelamente, na esfera estadual, o governo de São Paulo está estruturando toda a gestão pedagógica da

¹ SILVA, E. C. M.; ROCHA, I.; VAZ, J. C.; VENEZIANI, J. R. A.; MODANEZ, C. C.. **Contratos, Códigos e Controle: A Influência das Big Techs no Estado Brasileiro**. São Paulo - SP, Brasil, jul. 2025. O estudo completo está disponível no seguinte endereço:
https://drive.google.com/file/d/1ReHISvrbDZ1hFbA_mtqxFx1YNolHr0WD/view

educação pública paulista com base em plataformas digitais que visam ao controle sobre o trabalho dos professores.

De acordo com a nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (Repu)², o estado destinou R\$ 471 milhões apenas em 2024 para a aquisição dessas plataformas, contratadas sem a apresentação de evidências de eficácia pedagógica. O programa baseia-se na “plataformização” de todos os aspectos da vida escolar, o que, segundo a Repu, resulta na exacerbação do controle do trabalho pedagógico de professores e gestores.

É a ampliação dessas formas de controle, através dos serviços das *big techs* dos EUA, que Trump quer garantir, elevando a dependência a níveis totais e os lucros destas corporações ao máximo.

A recente flexibilização das tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros - que resultou na exclusão de cerca de 700 itens da lista original, incluindo aeronaves, suco de laranja, ferro e petróleo - tem sido interpretada por analistas como um movimento estratégico do governo norte-americano. Embora esses produtos representem setores relevantes para a economia dos EUA, o recuo ocorreu em meio a negociações diplomáticas e empresariais que ganharam força nos últimos meses.

A coincidência entre o avanço das negociações e a revogação parcial das tarifas tem levantado questionamentos sobre os reais interesses por trás das medidas, especialmente no que diz respeito à atuação das *big techs* e à soberania digital brasileira.

Um dos episódios centrais nesse contexto foi a reunião, realizada em 29 de julho, entre o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e representantes das principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos - Meta, Google, Amazon, Apple, Visa e Expedia. O encontro, que também contou com a participação de um representante do Departamento de Comércio dos EUA, por videoconferência, abordou temas sensíveis, como a regulamentação das plataformas digitais, segurança jurídica e inovação tecnológica.

Entre os pontos discutidos estavam propostas anteriormente consideradas inegociáveis pelo governo brasileiro, como a regulação das *big techs* em relação à disseminação de conteúdos ilícitos - incluindo crimes virtuais como pornografia infantil,

² GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud/REPU, 03 jul. 2025. O estudo está disponível no seguinte endereço eletrônico:
https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_68cc8aa516314a34835b8b71dea20347.pdf

incitação à violência entre jovens e fraudes digitais. Também foram debatidas medidas antitruste, regras para o setor financeiro digital e a criação de uma Política Nacional para *Data Centers*³, que prevê incentivos fiscais, como isenção de impostos federais por até um ano para aquisição de componentes essenciais à infraestrutura tecnológica.

Apesar do recuo parcial nas tarifas anunciadas por Donald Trump, cerca de 36% do comércio internacional entre Brasil e Estados Unidos segue sujeito à sobretaxação. Essa pressão residual mantém o Brasil em posição de negociação constante.

Desde abril de 2025, quando o governo norte-americano lançou medidas comerciais no chamado “dia da libertação”, observou-se uma postura volátil em relação a diversos países, com impactos sobre mercados e diplomacias. No caso brasileiro, embora a carta de Trump tenha destacado o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, os principais pontos de tensão parecem estar ligados à regulação das *big techs* e ao fortalecimento das articulações com os Brics.

Comportamento do mercado de trabalho

A taxa de desocupação atingiu o menor patamar já registrado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), de 5,8% no trimestre encerrado em junho de 2025. Esse resultado ocorreu com aumento da taxa de participação, na comparação com o mesmo trimestre de 2024, evidenciando o crescimento da população ocupada. O número de ocupados, no segundo trimestre de 2025, chegou ao número recorde de 102,3 milhões de pessoas. Desse total, 39,0 milhões estavam empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, aumento de 3,7% ou 1,4 milhão de pessoas, em relação ao mesmo período de 2024. O número de trabalhadores por conta própria, por sua vez, aumentou em 3,1% ou 767 mil pessoas. Ainda assim, no segundo trimestre de 2025, havia cerca de 6,3 milhões de pessoas desocupadas.

De acordo com o Gráfico 1, que apresenta as taxas de participação e de desocupação do segundo trimestre de cada ano, percebe-se que, em 2017 e 2018, as taxas de desemprego estavam altas, com elevadas taxas de participação, o que evidencia a dificuldade de absorção da mão de obra disponível pelo mercado de trabalho. No cenário com baixa participação e alta desocupação, as pessoas podem ter desistido de procurar emprego (o

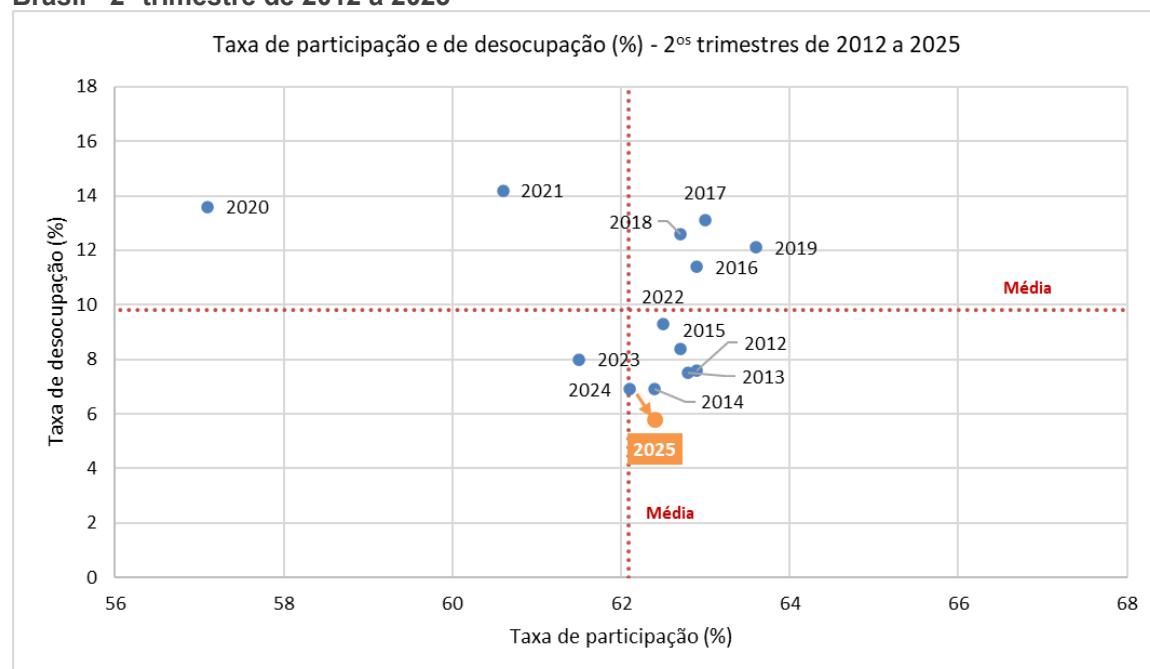
³ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/07/30/brasil-flexibiliza-posicao-e-aceita-negociar-regulamentacao-de-big-techs-para-evitar-tarifaco-veja-os-pontos-discutidos.ghtml>

que faz diminuir a taxa de participação) devido à falta de oportunidades, como ocorreu em 2020 com o impacto da pandemia de covid-19.

Há ainda o cenário com menor participação e baixa desocupação, como é o caso de 2024. No entanto, o cenário mais favorável é com alta participação e baixa desocupação, que representa uma economia robusta, capaz de atrair mais pessoas para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, oferecer empregos para a maioria delas. É o caso de 2025, ano em que a taxa de desocupação está baixa e a taxa de participação, acima da média, o que sugere um mercado de trabalho dinâmico.

Gráfico 1

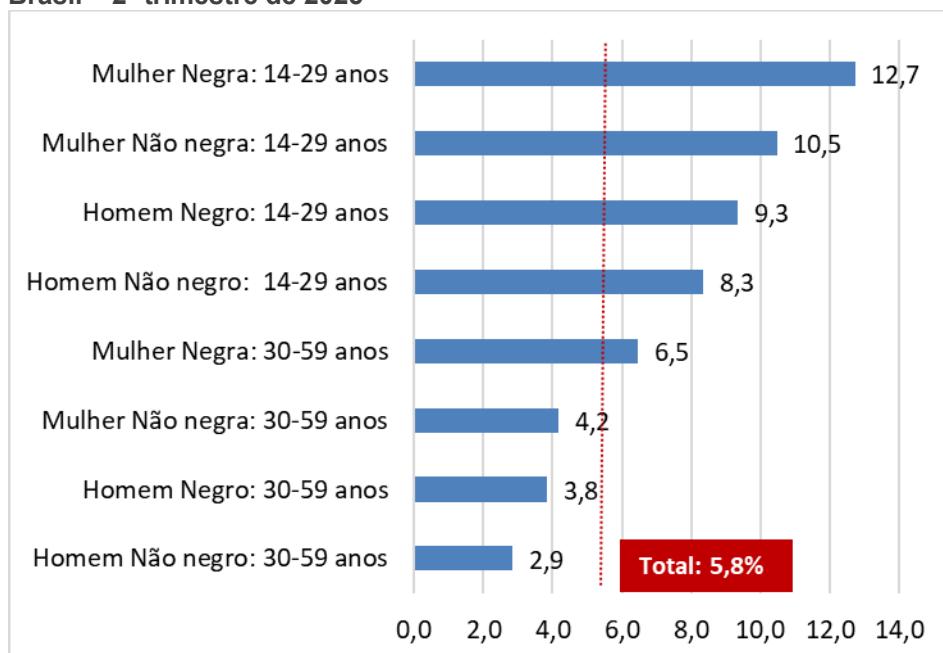
Taxa de participação e de desocupação
Brasil - 2º trimestre de 2012 a 2025



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

A taxa de desocupação no segundo trimestre de 2025 foi bastante heterogênea entre os diferentes grupos da população. Enquanto a média nacional se situou em patamar baixo, os jovens de 14 a 29 anos tinham taxa bem superior à média, principalmente as mulheres negras (12,7%) e não negras (10,5%), além dos homens negros (9,3%) e não negros (8,3%). Percebe-se, assim, uma espécie de “hierarquia da desocupação”, em que os jovens enfrentam os maiores índices, assim como as mulheres em relação aos homens, e os negros em relação aos não negros, evidência das desigualdades de idade, gênero e raça e indicação das barreiras estruturais no acesso ao mercado de trabalho.

Gráfico 2
Taxa de desocupação de grupos selecionados (%)
Brasil – 2º trimestre de 2025



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Diante da persistência das desigualdades de gênero e raça, mesmo em um cenário de aquecimento do mercado de trabalho como o atual, torna-se urgente a adoção de ações estruturantes que promovam inclusão e equidade. A aprovação da Lei de Igualdade Salarial representa avanço significativo nesse sentido, mas a efetiva implementação da norma depende do engajamento ativo das entidades sindicais, especialmente na garantia de transparência nos processos de recrutamento, promoção e remuneração. É igualmente fundamental ampliar a negociação de cláusulas específicas em convenções e acordos coletivos que assegurem a isonomia salarial, a reserva de vagas para grupos sub-representados e a criação de mecanismos eficazes de enfrentamento à discriminação, tanto direta quanto indiretamente.

O mercado de trabalho, portanto, continua aquecido, mas ainda há um contingente grande de pessoas procurando trabalho sem encontrar. Além disso, embora o trabalho por conta própria ainda esteja crescendo em ritmo menor que o emprego com carteira assinada, na comparação interanual, essa modalidade teve aumento relevante na comparação entre o primeiro e o segundo trimestre de 2025, de 1,7%, enquanto nessa mesma passagem em 2024 foi de 0,5%.

Inflação e custo de vida

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), considerado o índice oficial de inflação, registrou alta 0,26% em julho. Nos últimos 12 meses até julho, a inflação acumulada somou 5,23%. O principal item de pressão foi o aumento na energia elétrica (0,12 p.p. de contribuição). Esse é o mês de reajuste de tarifa em algumas concessionárias do país. Em compensação, o grupo de alimentação e bebidas registrou deflação pelo segundo mês consecutivo (-0,27%). Já o INPC subiu 0,21% e acumulou taxa de 5,13%, nos 12 meses.

Apesar da incerteza provocada pela pressão tarifária dos Estados Unidos, os efeitos da medida sobre a economia brasileira podem ter desdobramentos paradoxais. A reação inicial ao aumento das tarifas tende a gerar redução nos preços de alimentos como carne e café no mercado interno - itens que vinham pressionando a inflação. Esse movimento pode contribuir para aliviar o índice geral de preços.

Há também uma tendência de estabilidade nos chamados bens administrados ou monitorados - aqueles cujo preço depende de regulação ou definição governamental - como é o caso dos combustíveis, que registraram queda recente. Da mesma forma, os bens livres, definidos pela dinâmica de oferta e demanda, não devem exercer pressão inflacionária adicional no curto prazo.

Por outro lado, a inflação de serviços, atualmente no radar do Banco Central, está fortemente ligada à evolução dos salários. É importante lembrar que a recomposição salarial busca recuperar o poder de compra perdido com a inflação passada, o que significa que parte dessa inflação é defasada no tempo. Ela reflete ajustes salariais de períodos anteriores e não necessariamente uma aceleração atual dos preços.

O atual momento da economia brasileira apresenta crescimento com geração de empregos e aumento de salários, recuperando anos de queda e recessão. Há, contudo, risco de que esse sucesso seja utilizado pelo mercado financeiro como argumento para defesa da manutenção da Selic no patamar atual, como já se observou em outros momentos. Mas o comportamento dos salários – a recomposição salarial - não pode e não deve ser tratada como vilão inflacionário a ser combatido com juros altos. A manutenção de uma política monetária excessivamente contracionista pode ser um tiro no pé: ao encarecer o crédito, a taxa de juros elevada inviabiliza os investimentos na produção,

contradizendo o objetivo de ampliar emprego e renda e colocando em risco a própria sustentabilidade do ciclo de crescimento.

Negociações coletivas

Dados preliminares das negociações da data-base julho indicam que 76,4% dos 191 reajustes registrados no Mediador até 12 de agosto ficaram acima da variação do INPC-IBGE. Outros 8,4% resultaram em reajustes iguais à inflação e 15,2% ficaram abaixo dela.

Contudo, o dado que chama atenção é a volta dos reajustes salariais abaixo da inflação a patamares superiores a 10%, fenômeno que havia sido observado em abril e maio deste ano (Tabela 1). Por outro lado, é importante ressaltar que este painel inicial corresponde a apenas a 10% do número total de reajustes normalmente analisados na mesma data-base. Portanto, os resultados são preliminares e podem sofrer alterações significativas à medida em que mais acordos salariais forem fechados e incorporados à base de dados.

Apesar do aumento no percentual de reajustes abaixo da inflação, a variação real média de julho (1,23%) é a terceira maior no ano, atrás somente de janeiro (1,61%) e fevereiro (1,80%).

Tabela 1
Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes, por data-base
Brasil - Jan/2025 a jul/2025

Data-Base	Comparação com o INPC			Variação real média (em %)	Nº de reajustes analisados
	Acima	Igual	Abaixo		
Jan/25	81,7%	12,4%	5,9%	1,61%	2.988
Fev/25	89,3%	6,3%	4,4%	1,80%	619
Mar/25	82,0%	11,9%	6,1%	0,79%	1.704
Abr/25	61,7%	25,1%	13,2%	0,73%	661
Mai/25	75,3%	13,6%	11,1%	0,83%	3.568
Jun/25	83,1%	9,7%	7,2%	1,04%	545
Jul/25	76,4%	8,4%	15,2%	1,23%	191
Total	78,7%	13,0%	8,3%	1,12%	10.276

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador, IBGE, INPC

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 12/08/2025

No período de janeiro a julho de 2025, destacam-se as categorias do turismo e hospitalidade, construção e mobiliário e comércio atacadista e varejista, todas com ganhos acima da variação do INPC em mais de 80% das negociações - os trabalhadores do primeiro grupo registraram ganhos reais em 94% dos casos.

Os destaques negativos ficam para as negociações coletivas de profissionais liberais, nas quais reajustes abaixo da inflação foram observados em 20% dos casos; de trabalhadores/as nas indústrias extractivas e do beneficiamento, com perdas em 18% dos casos; de trabalhadores rurais, com perdas também em 18% das negociações; e de profissionais da saúde do setor privado, com perdas em 17% das situações.

Em particular, chamam a atenção as dificuldades enfrentadas pelas negociações coletivas de trabalhadores/as rurais do Centro-Oeste, região conhecida pela pujança no agronegócio. Na região, cerca de 34% dos 59 reajustes salariais do setor ficaram abaixo da variação do INPC.

As regiões Sul e Sudeste lideram o *ranking* com ganhos reais em mais de 80% das negociações

Agenda dos Trabalhadores

Plebiscito Popular e Grito dos Excluídos

O dia 7 de setembro marca o tradicional Grito dos/as Excluídos/as, com mobilizações populares organizadas pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais por todo o Brasil. Este ano, diante das agressões de Trump e da urgência de se fazer avançar as pautas progressistas no Congresso Nacional, hostil às demandas populares, o Grito ganha ainda mais importância. Por isso, será também um marco para o processo de votação do Plebiscito Popular, iniciativa lançada em julho de 2025 por movimentos sociais, sindicatos e diversas entidades da sociedade civil. Os temas centrais do plebiscito são três:

1. Taxação dos Super Ricos: quem ganham acima de R\$ 50 mil por mês deve pagar mais impostos, com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e aumentar o investimento em setores essenciais;
2. Fim da Escala de Trabalho 6x1: questiona a atual escala de seis dias de trabalho seguidos por um de descanso (6x1), propondo o fim desse modelo para melhorar a qualidade de vida e o direito ao lazer dos trabalhadores;

3. Redução da jornada de trabalho sem redução salarial: defende a diminuição da carga horária semanal dos trabalhadores, sem corte nos salários, para promover mais tempo livre e bem-estar social.

A consulta busca, entre outros objetivos, ampliar o debate nacional sobre justiça social, distribuição de renda e direitos dos trabalhadores. O plebiscito é um exemplo de mobilização de base em que a sociedade se organiza para discutir e propor mudanças políticas, mesmo sem o aval direto do Estado.

Dívida pública: como o capital sequestra o Estado

Outro tema fundamental na Agenda dos Trabalhadores, que ganha relevância na atual conjuntura, é a questão da dívida pública. Pelo menos desde os anos 1990, o Brasil é um dos países que mais gastam com o pagamento dos serviços da dívida pública. A dívida pública é um dos instrumentos de que os governos dispõem para conduzir a política macroeconômica, permitindo a mobilização de recursos voltados a investimentos e despesas essenciais. Quando utilizada com responsabilidade e visão de longo prazo, pode contribuir significativamente para o fortalecimento da infraestrutura, a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável do país.

A dinâmica brasileira, nesse ponto, escapa à lógica predominante em outros países. Segundo dados da ONU, o Brasil destina anualmente cerca de 6% do Produto Interno Bruto ao pagamento de juros da dívida pública - percentual significativamente superior à média internacional, que gira em torno de 2%, tanto em países desenvolvidos quanto em nações em desenvolvimento. O Brasil gasta muito mais com a dívida, em relação ao PIB, do que os países ricos, mesmo com uma dívida relativamente menor, equivalente a 84,7% do Produto Interno Bruto (a média dos países desenvolvidos está em 107,9% do PIB⁴). Esses dados ajudam a colocar em perspectiva o discurso recorrente de que a dívida pública brasileira seria insustentável, justificando cortes profundos na previdência e nos investimentos sociais. Na realidade, esse cenário está fortemente relacionado a fatores como as elevadas taxas de juros praticadas no país, que figuram entre as mais altas do mundo e impactam diretamente sobre o custo da dívida.

O elevado gasto com os serviços da dívida pública impõe sérias restrições fiscais e macroeconômicas. No Brasil, onde o superávit primário virou prática recorrente entre

⁴ Disponível em <https://unctad.org/publication/world-of-debt/dashboard>

governos de diferentes orientações, a alta despesa com juros exige esforço contínuo para estabilizar a relação dívida/PIB. Quando os juros reais superam o crescimento econômico, como frequentemente ocorre, a dívida tende a se expandir. Além disso, juros elevados comprimem o orçamento, limitando investimentos e comprometendo outras áreas essenciais da gestão pública. Os gastos com juros no Brasil, no ano passado, foram de quase três vezes os gastos com Saúde e Educação na esfera federal que, somados, chegaram a R\$ 326,8 bilhões⁵.

A destinação de parcela significativa do Produto Interno Bruto ao pagamento da dívida pública, muitas vezes ajustando as demais despesas sem amplo debate, revela forte dependência da lógica imposta pelo sistema financeiro internacional. Superar esse modelo exige mais do que ajustes técnicos: requer vontade política, visão estratégica e compromisso com um projeto de desenvolvimento que coloque os interesses nacionais e sociais no centro das decisões econômicas, além de intensa e permanente mobilização popular.

⁵ Disponível em <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/gasto-da-uniao-com-mantencao-e-desenvolvimento-do-ensino-atinge-102-do-minimo-constitucional-em-2024>

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudiomor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

José Álvaro Cardoso
Thomaz Ferreira Jensen
Cristina Pereira Vieceli
Patrícia Costa
Luís Ribeiro
Ricardo Tamashiro (revisão técnica)
Rodrigo Linhares
Mariel Angeli Lopes
César Andaku
Gustavo Monteiro
Patrícia Pelatieri (revisão técnica)